

**CORPO, POLÍTICA E TERRITÓRIO: CARTOGRAFANDO A MULHER NA
PINTURA DE FERNANDO VICENTE¹²**

***CUERPO, POLÍTICA Y TERRITORIO: CARTOGRAFIANDO LA MUJER EN LA
PINTURA DE FERNANDO VICENTE***

***BODY, POLITICS AND TERRITORY: MAPPING THE WOMAN IN THE PAINTING
OF FERNANDO VICENTE***

Aurea Maria Pires RODRIGUES³
Elder Silva CORREIA⁴
Fabio ZOBOLI⁵

RESUMO: O presente texto pretende cartografar “o poder sobre o corpo da mulher” e “o poder do corpo da mulher”, buscando compreender a constituição do corpo-território a partir de linhas que o atravessam e cortam – os afetos de que é capaz. Para tal, lança mão de duas pinturas da coleção “Atlas” do pintor e ilustrador espanhol Fernando Vicente Sánchez (1963), a fim de pensar a política e o corpo/território a partir de dois signos que historicamente cartografaram a mulher: a maternidade e o sexo. As obras dessa coleção são feitas a partir da pintura de corpos em lâminas cartográficas antigas metamorfoseando assim os corpos a territórios geográficos. Interpelar o corpo da mulher a partir do conceito de território é fundamental para reflexionar a ação política do corpo e sobre o corpo, pois é no e pelo corpo que a política investe enquanto produção de modos de existência.

PALAVRAS-CHAVE: Corpo. Mulher. Política. Pintura de Fernando Vicente. Território.

RESUMEN: *Este texto intenta cartografiar “el poder sobre el cuerpo de la mujer” y “el poder del cuerpo de la mujer” buscando comprender la constitución del cuerpo-territorio a partir de líneas que lo cruzan y lo cortan. Para ello, se utilizan dos pinturas de la colección “Atlas” del pintor e ilustrador español Fernando Vicente Sánchez (1963) para pensar la política y el cuerpo/territorio a partir de dos signos que históricamente cartografiaron la mujer: la maternidad y el sexo. Las obras de esa colección están hechas a partir de la pintura de cuerpos en antiguas láminas cartográficas, metamorfoseando de esta manera los cuerpos*

¹ Uma versão em espanhol deste texto foi publicada em forma de capítulo no livro “Cuerpos, políticas y estéticas: artefactos culturales, arte y educación” editado na Argentina pela editora Biblos no ano de 2021 (RODRIGUES; CORREIA; ZOBOLI, 2021).

² Este artigo conta com financiamento da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), estabelecido através de um convênio de Doutorado Interinstitucional em Educação (DINTER) com a Universidade Federal de Sergipe (UFS).

³ Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão – SE – Brasil. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2461-8502>. E-mail: adinharodrigues@hotmail.com

⁴ Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão – SE – Brasil. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8403-2226>. E-mail: eldercorreia21@gmail.com

⁵ Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão – SE – Brasil. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED). Pós-doutorado em Educação do Corpo (UNLP/Argentina). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5520-5773>. E-mail: zobolito@gmail.com

en territorios geográficos. La interpelación del cuerpo de la mujer basada en el concepto de territorio es fundamental para reflejar la acción política del cuerpo y sobre el cuerpo, ya que es en el cuerpo y a través de éste donde la política se desarrolla como una producción de modos de existencia.

PALABRAS CLAVE: *Cuerpo. Mujer. Política. Pintura de Fernando Vicente. Territorio.*

ABSTRACT: *The present paper intends to map "the power over women's bodies" and "the power of women's bodies" in an attempt to understand the constitution of the body-territory from the lines that cross and cut it - the affections of which it is capable of. To this end, two paintings from the "Atlas" collection by the Spanish painter and illustrator Fernando Vicente Sánchez (1963) are used in order to think about politics and body-territory from two signs that have historically mapped women: maternity and sex. The works in this collection are made by painting bodies on old cartographic slides, thus metamorphosing the bodies into geographic territories. Questioning the female body from the concept of territory is fundamental to reflect on the political action of the body and on the body, because it is in and through the body that politics invests as production of ways of existence.*

KEYWORDS: *Body. Woman. Politics. Painting by Fernando Vicente. Territory.*

Introdução

Em sua famosa transmissão radiofônica intitulada “Para acabar com o juízo de Deus”, em 1947, Antonin Artaud denunciou o sistema de juízo⁶ que produz o julgamento e a culpa, que silencia tudo aquilo que pulsa, todo um sistema que despotencializa a vida subjugando-a a valores transcendentos. Mas onde se exerce esse sistema de juízo? Por onde ele passa? Gilles Deleuze e Félix Guattari (2012a, p. 12) respondem que: “é sobre ele que dormimos, velamos, que lutamos e somos vencidos, que procuramos nosso lugar”. Quem seria esse “ele” referendado pelos autores, senão a própria materialidade que é superfície de acontecimentos? O CORPO!

Deleuze e Guattari (2012b) nos lembram que a questão primeira é sempre o corpo, pois é ele que/quem nos é roubado para a fabricação de um organismo, de uma organização das maneiras de sentir, experimentar e viver. A denúncia de Artaud não é “somente uma

⁶ O sistema do juízo, o qual Artaud não apenas denuncia, mas trava um combate, diz respeito aos diversos poderes, como o teológico-cristão e poderes políticos de outras ordens, que através de uma moral impedem a emergência de novos modos de existência. Acerca disso, Deleuze (1997, p. 153) destaca que: “não é antes o juízo que supõe critérios preexistentes (valores superiores), e preexistentes desde sempre (no infinito do tempo), de tal maneira que não consegue apreender o que há de novo num existente, nem sequer pressentir a criação de um modo de existência? [...] O juízo impede a chegada de qualquer novo modo de existência [...] se julgar é tão repugnante, não é porque tudo se equivale, mas ao contrário, porque tudo que vale só pode fazer-se e distinguir-se desafiando o juízo”.

experimentação radiofônica, mas biológica, política, atraindo sobre si censura e repressão. *Corpus e Socius*, política e experimentação” (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 12).

Esse sistema de juízo, também denunciado por Michel Foucault (em “Vigiar e punir” e na “História da sexualidade”) e por Friedrich Nietzsche (na “Genealogia da moral”) recai, sobretudo, no corpo da mulher. Deleuze e Guattari (2012b, p. 72) destacam que é da menina, primeiro, que se rouba o corpo:

[...] pare de se comportar assim, você não é mais uma menininha [...]. É à menininha, primeiro, que se rouba seu devir para impor-lhe uma história, ou uma pré-história. A vez do menino vem em seguida, mas é lhe mostrando o exemplo da menina, indicando-lhe a menina como objeto de seu desejo, que fabricamos para ele, por sua vez, um organismo oposto, uma história dominante. A menina é a primeira vítima, mas ela deve também servir de exemplo e de cilada [...].

Conforme os autores, podemos problematizar que o padrão homem-branco-adulto-macho-heterossexual é uma noção fundamental para um pensamento do juízo, do roubo do corpo. O padrão homem-branco é majoritário por excelência, haja vista que maioria supõe um estado de dominação, isto é, “o homem” constitui um padrão em que os homens formam uma maioria, supondo dado de antemão o direito ou o poder do homem (DELEUZE; GUATTARI, 2012a). É neste sentido que as mulheres (assim como as crianças e os animais) são minoritárias, e seus corpos são atravessados por linhas que tem a potência de denunciar “o juízo de Deus”, para lembrar Artaud, e seus dispositivos de produção de organismos, como também a luta contra ele. Linhas que emanam questões de direito, de política, de vida.

Consonante a isso, este escrito busca interpelar as questões em torno do corpo da mulher através de uma perspectiva geográfica, de uma perspectiva do traçado, dos traços de um território que se produz uma rostidade mulher (DELEUZE; PARNET, 1998). Tratar o corpo da mulher enquanto uma geografia é literalmente produzir linhas.

[...] tento explicar que as coisas, as pessoas, são compostas de linhas bastante diversas, e que elas não sabem, necessariamente, sobre qual linha delas mesmas elas estão, nem onde fazer passar a linha que estão traçando: em suma, há toda uma geografia nas pessoas, com linhas duras, linhas flexíveis, linhas de fuga etc. (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 18).

É traçando os contornos que compõem a dureza de uma rostidade social, que a linha por onde se produz esse corpo possível de ser roubado pode desenrolar todos os emaranhados práticos discursivos que possibilitam o andar sobre ela, ao passo que fomenta a tessitura de flexibilidades que rompem o binarismo homem x mulher e, a inflexão de fugas. Estas

linhas/devires, os quais segundo Gilles Deleuze e Claire Parnet (1998, p. 9), “são geografia, são orientações, direções, entradas e saídas”, um devir-mulher, pelo qual a mulher saia do seu passado, do seu futuro, de sua história.

Se para Deleuze e Guattari (2012b) um corpo se define por uma longitude (relações de movimento e repouso, velocidade e lentidão) e latitude (os *afetos* de que é capaz), podemos identificar a cartografia de um corpo levantando duas questões de natureza distintas: “o que se pode fazer com um corpo?” – isto é, quais os poderes que o atravessam (no sentido foucaultiano) – e o “que pode o corpo?”⁷ – ou seja, qual sua potência. Diante disso, a questão principal de nosso texto é cartografar “o poder *sobre o corpo* da mulher”, e “o *poder do* corpo da mulher”.

Para tal, vamos interpelar a arte do pintor e ilustrador espanhol Fernando Vicente Sánchez (Madrid – 1963). O pintor tem uma coleção de ilustrações, intitulada por ele de “Atlas⁸”. As obras dessa coleção são feitas a partir da pintura de animais, rostos e corpos humanos em cima de mapas – lâminas cartográficas antigas. Os corpos nas pinturas de “Atlas” são metamorfoseados a territórios geográficos, o corpo é cartografado em meio a relevos, oceanos e fronteiras. Em tal coleção, o pintor espanhol também faz ilustrações do corpo da mulher a partir de signos e *afetos* que constitui tal corpo como território que ao mesmo tempo possui e é atravessado por poderes.

Se para Deleuze e Guattari (2010) a função de um artista é inventar, produzir e mostrar *afetos*, e se a arte em um primeiro lugar se deixa ver na produção de um território, o objetivo do presente escrito é produzir uma cartografia do corpo da mulher a partir de elementos identificados nas ilustrações de Fernando Vicente, buscando compreender a constituição do corpo-território da mulher, as linhas que o atravessam, os *afetos* de que é capaz. As duas imagens de “corpo/território de mulher” que elegemos para interpelar o objetivo do texto serão apresentadas na terceira parte do escrito – figuras 1 “gestación” e figura 2 “torso”.

⁷ No seu livro *Ética*, III, 2, escólio, Espinosa critica a cultura racionalista da filosofia declarando “nós nem sequer sabemos o que pode um corpo”. “Esta declaração de ignorância é uma provocação: falamos da consciência e de seus decretos, da vontade e de seus efeitos, dos mil meios de mover o corpo, de dominar o corpo e as paixões [...] Como nos dirá Nietzsche, espantamo-nos diante da consciência, mas ‘o que surpreende é, acima de tudo, o corpo...’” (DELEUZE, 2002, p. 23-24). Posteriormente Deleuze e Guattari se apropriam destas questões e se perguntam: o que pode um corpo? A partir deste questionamento elaboram o conceito de “corpo sem órgãos” (CsO). A luta do CsO é exatamente contra os poderes que querem construir um território funcional na luta pela construção de um território existencial.

⁸ As 32 pinturas catalogadas em 19-07-2019 na coleção de “Atlas” de Fernando Vicente podem ser visualizadas a partir do seguinte endereço eletrônico: <https://www.fernandovicente.es/pinturas/atlas-anatomia-y-pintura/>

Corpo, território e política

O traçar de uma cartografia do corpo da mulher só é possível mediante a compreensão do corpo como um território, pois é diante disso que a política investe no corpo. Assim, entendemos que o conceito de território é fundamental para pensar a ação política *do* corpo e *sobre* o corpo. Afinal, “no hay política que no sea de los cuerpos, sobre los cuerpos y en los cuerpos; no en oposición al ‘espíritu’, sino en una trama que lo integra en el bios como una forma integral de vida” (ESPOSITO, 2016, p. 113).

Inspirado em William James, David Lapoujade (2017) entende o corpo como sendo nosso centro de ação e interesse. Assim, o corpo diz respeito a uma questão de posicionamento, haja vista que elementos e as coisas se dispõem em referência a um núcleo de interesse e desejo, que é o próprio corpo. A experiência de uma pessoa e suas ações são espécies de traçados em um mapa que projeta um ponto focal, “o levantamento topográfico das suas relações dinâmicas com os objetos dispostos panoramicamente em volta do corpo e de seu campo de ação virtual”. (LAPOUJADE, 2017, p. 42). Isso significa dizer que uma pessoa se constitui pelos mapas que ela traça, o mapa daquilo que seu corpo pode. Diante disso, o conceito de território em Deleuze e Guattari (2012b, p. 124) possui um valor existencial, na medida em que um “*ethos* é também uma Morada”, o que significa dizer que:

A noção de território aqui é entendida num sentido muito amplo, que ultrapassa o uso que fazem dele a etologia e a etnologia. Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes [...] O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio da qual um sujeito se sente ‘em casa’. O território é sinônimo de apropriação [...]. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 323).

Conceitualmente, Deleuze e Guattari (2012b) compreendem o território como sendo a territorialização dos meios e dos ritmos, isto é, uma expressividade dos ritmos. Os territórios são distintos dos meios através dos atos expressivos, que são qualidades extraídas ou contraídas nos meios, o que significa que produzir um território é exprimir e contrair qualidades, produzindo marcas expressivas, segundo ritmos específicos (LAPOUJADE, 2015). Os autores afirmam que as funções em um dado território não são primeiras, pois estas supõem uma expressividade que faz território, o que significa dizer que o território e as funções são produtos da territorialização. Em termos de exemplificação, Deleuze e Guattari (2012b) contestam a tese do etnólogo austríaco Konrad Lorenz. Para ele, a agressividade é a base do território, pois é o instinto de agressão que faz o território na medida em que um

animal de território é aquele que dirige sua agressividade contra membros de sua espécie, dando à espécie uma repartição do espaço onde cada um possui seu lugar (DELEUZE; GUATTARI, 2012b). No entanto, para Deleuze e Guattari (2012b), a função não explica o território, mas o supõe, pois, as funções só são criadas enquanto territorializadas; o território reorganiza as funções.

É destacada uma nova questão do território: a possibilidade de uma determinada função em um território ganhar uma autonomia ao ponto de criar e estabelecer novas relações dentro dele, compondo-se com outros elementos. Tomemos o exemplo do sexo: ele pode aparecer como uma função territorializada que tenha como objetivo a reprodução, estabelecendo assim um determinado tipo de relação diante de determinados elementos. Porém, a função sexo pode ganhar uma autonomia ao ponto de produzir tipos de relações que não estavam dadas anteriormente no seio do território como, por exemplo, o prazer, o divertimento, o dinheiro etc.

Essa autonomização de uma função ao ponto de produzir novas relações dentro de um território só é possível porque, segundo Deleuze e Guattari (2012b), o território é um lugar de passagem; a autonomia de uma função não se trata de evolução, mas de possibilitar passagens. Para os autores, o território só é um lugar de passagem porque ele é o primeiro agenciamento, o agenciamento é antes de tudo territorial, isto é, a produção de um território se dá a partir de um agenciamento.

Na menção de Deleuze e Guattari (1995), existem dois tipos de agenciamentos: os maquínicos de corpos e os coletivos de enunciação. Os primeiros dizem respeito às ações e paixões dos corpos, às misturas de corpos agindo sobre outros corpos; os segundos são agenciamentos de atos e enunciados, transformações incorpóreas atribuídas aos corpos. No entanto há ainda outra dimensão dos agenciamentos: “o agenciamento tem, de uma parte, lados territoriais ou reterritorializados que o estabilizam e, de outra parte, picos de desterritorialização que o arrebatam” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 29). Isso nos ajuda a melhor compreender o motivo pelo qual uma função ganha autonomia ao ponto de criar novas relações e porque o território é um lugar de passagem:

[...] o agenciamento territorial, territorializa funções e forças, sexualidade, agressividade [...] e os transforma, territorializando-os. Mas essas funções e forças territorializadas podem ganhar com isso uma autonomia que as faz cair em outros agenciamentos, compor outros agenciamentos desterritorializados (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 142-143).

Isso explica mais duas dimensões do território, a saber: não existe território sem um vetor de desterritorialização, bem como não existe um território sem reterritorialização (DELEUZE; GUATTARI, 2012b). Deste modo, a desterritorialização é a saída do território, e a reterritorialização é um retornar com diferença para o território, ou a produção de uma nova territorialidade. Gostaríamos de insistir que a qualidade de um território se dá pelo seu vetor de desterritorialização que produz diferença, é uma repetição que leva à diferença. No entanto, é necessário enfatizar que não há movimento de desterritorialização sem um movimento de reterritorialização, pois como nos alertam Guattari e Rolnik (1996), a questão se trata em viver a desterritorialização como uma dimensão da criação de território, e não como um fim em si mesma.

Por conta disso Deleuze e Guattari (2012b) entendem que o território é uma questão de distância crítica, isto é, criar território é marcar certas distâncias e determinadas proximidades: o que nos atrai, ou ao contrário, nos repele; o que pegamos ou deixamos; o que percebemos e o que nos é imperceptível dependem do corpo enquanto elemento de posição que define nosso desejo, como explicamos acima com Lapoujade (2017). O território se trata de uma marca constituinte de um domínio, de uma permanência, e não de um sujeito, demonstrando “um ter mais profundo que o ser” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 129).

Esse ter mais profundo que o ser explica justamente os atos de apropriação, as marcações territoriais, evidenciando que, se o ritmo é inseparável do território traçado a partir das marcas expressivas, é porque se constitui então uma pretensão sobre um espaço-tempo definido – que pode ser o corpo, por exemplo. Neste sentido, toda pretensão é fundamentalmente uma pretensão territorial (LAPOUJADE, 2015).

É precisamente nesse ponto que a problemática do território envolve a dimensão da política. Lapoujade (2015) nos explica que em Deleuze, a questão do direito e da política é importante porque coloca a problemática da distribuição da terra, da constituição dos territórios, questionando como distribuir o território, a quem pertence o território, quem decide sua distribuição. Por isso a pretensão, a reivindicação é territorializante, pois constituir um território é chegar em um meio, criar hábitos, inscrevendo suas marcas, suas referências e delimitações, adotando condutas, maneiras de agir de acordo com determinados ritmos “à maneira de um direito consuetudinário” (LAPOUJADE, 2015, p. 40).

O corpo é território de “demarcações” no instante em que ele, ao mesmo tempo pode ser considerado sede de signos e *afetos* por ser atravessado por estes, assim como pode ser signo e *afeto* na medida em que possui uma capacidade de afetar e ser afetado. Com isso, os sentidos podem não apenas se inscrever no corpo, mas também o próprio corpo pode gerar

significações. O corpo pode tanto ser “demarcado”, como também pode “demarcar”, sendo, portanto, um território de “demarcações”. Esta dupla capacidade se dá por meio de mecanismos que são internos e externos a ele, num dado contexto cultural permeado por um circuito de signos e *afetos* que vão embotando sentido e “legitimação” aos dispositivos que o governam, produzindo assim maneiras de existir, ou seja, criando territórios e fronteiras, estabelecendo as noções do que pode o corpo.

Nosso território se reduz às linhas em que somos agenciados de modo que falar, ver e agir só é possível se vemos apenas aquilo do que se fala, falamos apenas aquilo do que se vê, e agimos de acordo com essa relação redundante (LAPOUJADE, 2015). Se é verdade que o corpo é um ponto de aplicação de um política que nos fazem constituir “territórios funcionais”, presos a agenciamentos de poder, reduzidos a funções, sentidos dados à priori, e ao sujeito que legitima esse poder, tornando-se sujeito; é verdade que a política também se constitui mediante a percepção de algo intolerável, que torna para nós insuportável o roubo do corpo, desencadeando então a ação política como uma luta pela criação de novos possíveis, a constituição de “territórios existenciais” abertos a agenciamentos de experimentações que libertam a vida lá onde há pretensões de silenciá-la.

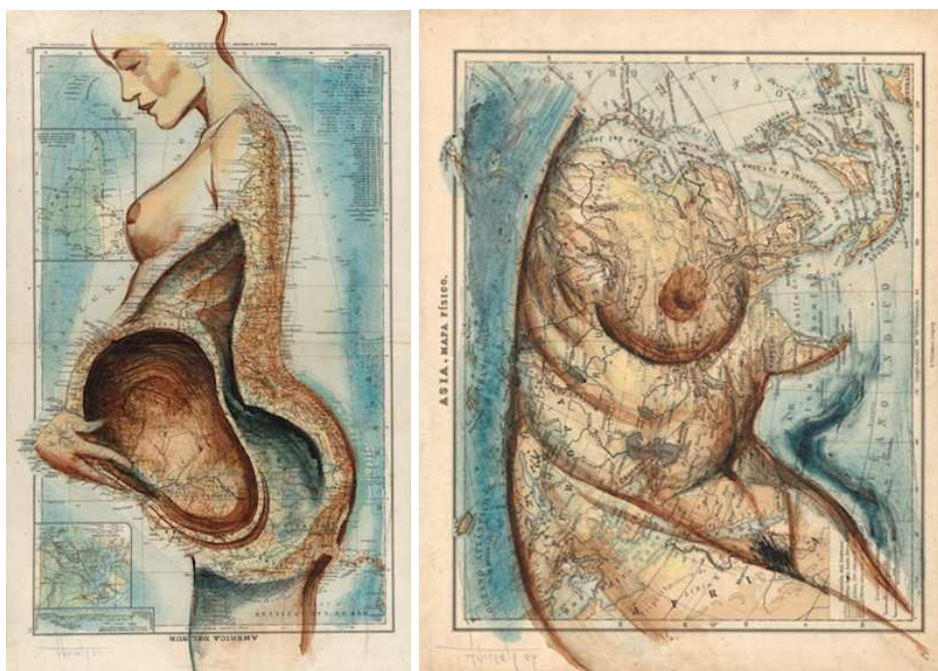
Como nos lembram Deleuze e Guattari (2010; 2012b), se o pintor não pinta sobre uma tela virgem, mas seu ato de pintar é uma afronta e luta contra os clichês preexistentes que nos impedem de perceber o intolerável roubo do corpo, a questão da arte e da política, trata-se fundamentalmente de tornar visível as potências e *afetos* que atravessam determinado território. Lapoujade (2015) insiste que a questão de direito na filosofia deleuziana se trata de um combate, uma luta em prol do que os corpos exprimem, expressão essa que é como os gritos desses corpos: quais direitos eles reivindicam? Em prol de quais novos territórios existenciais? Como fazer ouvir, ver, perceber tais corpos?

Diante disso, nos atemos agora a buscar perceber e ouvir o corpo da mulher na pintura de Fernando Vicente, na tentativa de cartografar quais linhas (de sedimentação? De fuga? De devires?...) atravessam esse corpo, quais os agenciamentos (de poder e de experimentação) que traçam esse corpo-território e as questões políticas e de vida que compõem essa cartografia.

O corpo da mulher na pintura de Fernando Vicente – Atlas

Com o objetivo de cartografar o corpo/território da mulher na obra do ilustrador Fernando Vicente, trazemos aqui duas pinturas que pertencem à coleção “Atlas” onde os corpos são pintados em meio a mapas metamorfoseando o mesmo com o território – cartografia. Para lograr com a proposição do texto elegemos a ilustração de duas mulheres (figuras 1 “gestación” e figura 2 “torso”), a fim de pensar a política e o corpo/território a partir de dois signos que historicamente cartografaram a mulher: a maternidade e o sexo. Afinal, na coleção de “Atlas” de Vicente, “los océanos y los continentes se erigen así en metáforas de la realidad de la que surgen” (SÁNCHEZ, 2019), ou seja, são consonantes com a função política destinada ao âmbito da arte: “En la pintura el resultado es una obra sugestiva, insólita, elaborada con un lenguaje muy personal que abandona en los de quienes la contemplan un poso de broma, de crítica demiúrgica, de sátira cosmológica, de ironía universal” (SÁNCHEZ, 2019).

Figuras 1 - “Gestación” e 2 “Torso”: Mulher corpo/território da maternidade e do sexo – “ATLAS” Fernando Vicente



Fonte: Fernando Vicente (n/d)⁹

É/são por entre relevos, planícies, oceanos, fronteiras que Vicente interpõe os corpos – corpos nus, enquanto territórios. Ao olharmos essas imagens, um rosto mulher engendra seu conceito e significância. Na imagem 1, uma mulher curva sua face em uma gestualidade,

⁹ Disponível em: <https://www.fernandovicente.es/pinturas-fernando-vicente/atlas-anatomia-y-pintura/>. Acesso em: 10 jan. 2021.

aparentemente singela, ao acariciar seu ventre; uma mulher que exalta seu corpo enquanto território da geração da vida. Na imagem 2, tem-se um corpo sem rosto, com seio/tetas, vagina, dobras, protuberâncias à mostra, um corpo objeto, objetificado/sexualizado? O território por onde transita o corpo mulher se conecta em um rosto por um movimento até paradoxal na forma de ver-se, tocar-se, ser visto, tocado.

O rosto é uma superfície: traços, linhas, rugas do rosto, rosto comprido, quadrado, triangular; o rosto é um mapa, mesmo se aplica sobre um volume, envolvendo-o, mesmo se cercando e margeando cavidades que não existem mais senão como buracos. Mesmo humana, a cabeça não é forçosamente sem rosto. O rosto só se produz quando a cabeça deixa de fazer parte do corpo, quando para de ser codificada pelo, quando ela mesma para de ter um código corporal plurívoco multidimensional – quando o corpo, incluindo a cabeça, se encontra descodificado e deve ser *sobrecodificado* por algo que denominaremos rosto (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 39, grifo dos autores).

Ambas as imagens – 1 e 2 – caminham em uma mesma linha fronteira de um corpo territorializado por entre agenciamentos de poder, os quais necessitam de um rosto, de uma individuação, a qual segundo Deleuze e Guattari (2012a) se dá por meio da eficácia da cifração que ele opera, por questões de economia e organização do poder, de modo que, “o poder materno que passa pelo rosto durante o próprio aleitamento” (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 47) constrói o muro branco por onde o significante é ricocheteado e, “o buraco negro da subjetividade como consciência e paixão” (p. 36). As imagens, assim, por entre suas planícies, relevos, oceanos, traçados de latitude, longitude, meridianos, potencializam irmos aos agenciamentos mais profundos, em um movimento político e ético. Para tanto, subir os relevos, caminhar nas planícies e mergulhar nos oceanos por entre a maternidade e o sexo no rosto mulher, lança-nos em uma máquina, ora de aparelhamento identitário, ora abstrata – o desejo.

O corpo da mulher é central no projeto político da modernidade, pois a partir dele foram e são pensadas estratégias de controle de natalidade, principalmente pelas políticas de esterilização via intervenção cirúrgica como forma eficaz de controle, em especial da população de baixa renda. De igual modo, a genética já atua nas práticas de aborto seletivo e seleção de embriões a serem fecundados, ou seja, os determinismos biológicos/genéticos podem ser manipulados na concepção ou não da vida. Assim, o corpo da mulher foi tomado pela ciência que tratou de “controlá-lo” via utilização de teorias biológicas modernas para legitimar uma ideia de ordem. A modernidade transformou o corpo biológico da anatomia num corpo técnico e objeto da política (MEZZAROBA; ZOBOLI, 2018). Isso se deu, pois, a

racionalidade técnico-científica das ciências biomédicas passou a ser utilizada como pano de fundo para promover o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade – as linhas duras, produzidas por entre os aparelhos de Estado, são linhas produzidas pelos/nos binarismos, estes construídos, especialmente, a partir dos poderes saberes biopolíticos, sejam nos ditos científicos, sejam nos ditos pedagógicos – com toda a regulação atualizada constantemente nas escolas, nas famílias.

“Las obras de la colección “Atlas” del pintor español, Fernando Vicente, combina rostros humanos con elementos simbólicos” (SÁNCHEZ, 2019), neste sentido “Atlas” apresenta uma potência política para pensar o corpo feminino na medida em que se propõe desnaturalizar as linhas que limitam a percepção do corpo da mulher historicamente cartografados pelos poderes que os atravessaram criando fronteiras. “Los territorios que todos aprendimos en la escuela, con sus cartografías, sus orografías, sus accidentes abandonan el orden natural al que que pertenecen y adquieren de repente, dimensiones impensables” (SÁNCHEZ, 2019).

Foucault (1979) aponta que o surgimento progressivo da medicina do século XIX é consoante a uma política da saúde e de uma tomada das doenças enquanto problema político econômico. “Os traços biológicos de uma população se tornam elementos pertinentes para uma gestão econômica e é necessário organizar em volta deles um dispositivo que assegure não apenas sua sujeição, mas o aumento constante de sua utilidade” (FOUCAULT, 1979, p. 198). É assim, através da medicalização da família, por meio da regulação dos hábitos no privado dos lares, que se prescrevem modos de ser e existir. Foucault (1979) cita a regulação desde a alimentação, à sexualidade, fecundidade, à disposição do habitat como mecanismos utilizados pela política-médica na produção de outras relações consigo e com o mundo. Nagahama e Santiago (2005) apontam, por sua vez, como o controle do corpo, enquanto estratégia de controle social, tem na medicalização do corpo feminino, importante dispositivo social.

O desejo materno *rostificado* em um instinto materno, enquanto aderente à biologia da mulher, é mais uma forma biopolítica no trato do desejo na produção de um corpo feminino. A regulação da concepção, reprodução, nascimento, por uma ciência ginecológica e obstétrica, ao naturalizar o corpo feminino enquanto objeto, possibilitou a apreensão desse corpo por especialistas com finalidade de normalizar comportamentos sexuais e reprodutivos. “A reprodução, cada vez mais, deixa de ser um assunto de âmbito privado e assume face pública, ao qual deve ser dirigido controle” (COSTA *et al*, 2006, p. 371).

Constroem-se corpos em sexo-mulher, sexo feminino, segundo sexo, *a mulher*, singular que apaga toda a multiplicidade de humano transformado em corpo unificado, em pura biologia funcional: seu destino é a procriação da espécie, sua função é a maternidade. O sexo social é instituído na politização da anatomia (SWAIN, 2011, p. 396, grifo nosso)

Além disso, “desde o fim do século XVIII, a natureza feminina era associada gradativamente aos órgãos reprodutivos. Essa associação referendava o discurso médico e de autoridades acerca das limitações dos papéis das mulheres (em termos sociais e econômicos)” (COSTA *et al.*, 2006, p. 368). Neste sentido, a biopolítica como dispositivo “não cessa de reiterar realidades corporais, em torno de essências biológicas; fixa papéis e funções predeterminados ontologicamente, desenha materialidades tomadas como a verdade do ser” (SWAIN, 2011, p. 398).

Enquanto máquina abstrata na produção de significâncias, subjetividades, o enclausuramento do desejo, pelos agenciamentos de poder, engendra certa sexualidade. Na imagem 1 o corpo nu de uma mãe devotada com ventre protuberante (mesmo que vazio) apresenta um corpo produzido para abrigar. Numa santidade quase angelical, a imagem parece refletir o rosto da Virgem Maria que lança o olhar sobre todo o território planejado da mulher/mãe. Na imagem 2, um corpo sem face, no qual seios/tetas e vagina, curvas e formas apresenta-nos um corpo que se serve ao prazer sexual. “Se o rosto é o sinal do ser humano, a negação do indivíduo passa pela negação do seu rosto” (LE BRETON, 2019, p. 225). A privação do rosto aniquila simbolicamente o indivíduo e o reduz a objeto, porém, na imagem 2, outros signos de reconhecimento substituem a identidade feminina suprimida pela ausência do rosto, deste modo pode-se ler: “mulher/objeto sexual”. O corpo do pecado original, o corpo de mulheres sem rostos reduzidas as suas genitálias, corpos de Evas e de Marias Madalenas tão rostificados nas mulheres/putas que, a cada minuto, são vítimas de alguma violência sexual mundo afora. Corpos petrificados/imobilizados pelo abuso silencioso de um sem fim de Medusas decapitadas¹⁰ que vagueiam sem cabeça... Sem rosto.

O corpo da mulher historicamente se planejou em um território de desejo de outrem, sua sexualidade é também medicalizada. “As descrições médicas dos corpos de homens e mulheres... associava-se às funções de mãe e esposa, e que o desejo sexual das mulheres era, por natureza, menor do que o dos homens” (COSTA, *et al.*, 2006, p. 368), em contrapartida, a própria ginecologia responsabiliza-se pela normalização de comportamentos sexuais das

¹⁰ *Caput*, do latim cabeça de onde também deriva a palavra capital. O rosto está associado a cabeça, “a degolação é algo é uma maneira radical de tirar a vida, eliminando inclusive a dignidade do cadáver, ao separar o rosto do corpo, ambos atirados ao anonimato, à impossibilidade de junção” (LE BRETON, 2019, p. 313)

mulheres, compreendidas como mais afeitas a ceder aos desejos carnavais. “É assim também que as mulheres têm, fixadas em seus corpos de fêmea, o selo do cuidado, da maternagem, da sensibilidade, sob o signo do amor” (SWAIN, 2011, p. 403).

Isso se materializa em práticas como a sutura feita por médicos na vagina após o parto para deixá-la mais apertada¹¹ – ponto do marido. Esta prática, ainda realizada em diferentes países, por alguns médicos, que ao suturar vaginas em partos normais (seja por conta de lacerações, seja por episiotomias) tem a intensão de, ao dar mais um ponto na sutura, apertar a vagina da mulher para oferecer mais prazer ao marido. Vários são os relatos de mulheres, que além de episiotomias desnecessárias, foram submetidas a essa violência obstétrica, causando-lhe dores e inibição do prazer durante as relações sexuais. Além disso, é muito comum mulheres solicitar medicamento aos obstetras para cessar o aleitamento por queixas do marido que quer os seios/tetas para o ato sexual sem o leite. “Pelo amor as mulheres, assim instituídas, são capazes de qualquer coisa, sacrifício, submissão, despojamento” (SWAIN, 2011, p. 403).

Qual e como seria uma face da imagem 2? Romper com o rosto de um corpo naturalizado é ao mesmo tempo caminhar por entre suas linhas e traçados, não se trata, contudo, em dar-lhe um rosto – com olhos, nariz, boca, testa, orelhas bem definidas, claros, reconhecíveis – mas sim um modo que lhe escape ao rosto tão *Duro* da imagem 1, da mulher/mãe/desejada. Um rosto que borre as fronteiras de vieses epistemológicos que categorizam e fixam a identidade da mulher, um rosto que as desterritorializem de metafísicas que desconsideram a diferença. As mulheres retratadas nas duas pinturas da coleção “Atlas” de Fernando Vicente nos dão essa potência, essa possibilidade de devir. As mulheres de Atlas encontram-se, em meio às águas/oceanos, com suas fronteiras sem limites e seus movimentos ininterruptos. Água que ora encontra-se revolta, ora serena, ora expandindo, ora restringindo-se. Água que dilui pedras, leva areia, traz conchas e algas... Produz ondas.

Habitar as ondas, mas elas nunca estão dadas, acontecimento que sempre escapa. Moradia vaga, intempérie que se des-marca. Habitar a imagem, fazer com ela um corpo-Ondas. Mas a imagem é só passagem, umbral-processo em estado-devorante. Provocá-la, procurá-la para passar. Passar, derrapar, de qualquer aderência escapar. Isto é, tensioná-la em suas forças internas, apagar suas orientações esgotando suas dimensões, abrir sua expressividade em impensadas diagonais, em infinitas direções (WIEDEMANN, 2016, p. 35).

Romper com a organização do corpo, produzir com o movimento das águas/ondas um corpo sem órgãos (CsO). O CsO para Deleuze e Guattari (2012a) “nada mais é” do que uma

¹¹ Disponível em: <https://revistacrescer.globo.com/noticia/2017/11/medicos-costuram-vagina-apos-o-parto-para-deixa-la-mais-apertada.html>. Acesso em: 10 jan. 2021.

definição de corpo intensivo, baseado nas forças e potências que o constitui, isso porque o corpo é um modo de efetuação/expressão de nossa potência. Assim, Deleuze e Guattari (2012a, p. 12) destacam que o CsO “não é uma noção, um conceito, mas antes uma prática, um conjunto de práticas”. O exercício de experimentação do CsO é o de abertura e invenção de novos territórios, o exercício de conquista de novas terras, onde tais territórios podem se referir a espaços externos ao corpo, como também o próprio corpo, seja numa dimensão funcional, assim como expressiva e de sentidos. É necessariamente devido a esse aspecto que o CsO participa do ato de criação; arrancando o corpo de si, elevando-o à dimensão do novo, o destitui a identidade e o entrega à diferença via experimentação nos encontros entre os corpos. Assim, produzir um mapa corpo/Mulher, “que não é somente geografia, é como que um mapa de intensidade CsO, onde as barragens designam limiares, e os gases, ondas ou fluxos” (p. 31).

“É seguindo uma relação meticulosa com os estratos que se consegue liberar as linhas de fuga, fazer passar e fugir os fluxos conjugados, desprender intensidades contínuas para um CsO” (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 27). É então desnudando a captura que o desejo foi produzido, enquanto aparelho identitário de Estado, naquilo que passa à interioridade do Estado, em suas práticas que produzem rosto, que o mesmo movimenta-se enquanto Máquina de Guerra (DELEUZE; GUATTARI, 2012c). Enquanto um saber abstrato, aquela se difere do saber que duplica o aparelhamento de Estado, produzindo nômades. Por entre as mulheres atravessadas por tantas planícies, relevos, meridianos, o nomadismo ainda se apresenta no além-mar. Não um sujeito sem-terra, ou sem território, mas “ao contrário, é a desterritorialização que constitui sua relação com a terra, por isso ele se reterritorializa na própria desterritorialização. É a terra que se desterritorializa ela mesma, de modo que o nômade aí encontra um território” (DELEUZE; GUATTARI, 2012c, p. 44). Assim, como não se pode cessar o movimento das ondas, não se cessa o nomadismo e sua máquina de guerra Desejo.

Considerações finais

O objetivo do presente escrito pretendeu cartografar o corpo/território mulher a partir de duas pinturas do ilustrador espanhol Fernando Vicente a fim de pensar dois signos que historicamente delimitaram o território da mulher: a maternidade e o sexo. Deste modo compreendemos que a ciência moderna, ao longo de sua trajetória, criou políticas que justificaram o apagamento do corpo da mulher na medida em que mesmo pode ser lido sob as sombras de sua história, sob a escuridão de políticas que os tornaram invisíveis – a modernidade fez “sombras” com suas “luzes”. A imagem 2, de uma mulher sem rosto, materializa um pouco a crítica de um corpo que ficou por muito tempo de fora da história do direito. Tirar o rosto da mulher da história do direito significa tirar a chance de ser vista/olhada – além de profanar sua condição humana de ver. Que a cor transparente do líquido amniótico e da bolsa de um ventre vazio da imagem 1 seja a metáfora do espelho, de um espelho que ao refletir a ausência de rostos/fetos encontre semelhança no hiato, no despojamento e no deslocamento de uma mulher que se potencializa na virtualidade de seu devir “mulheres”

“Eu não olho mais nos olhos da mulher que tenho em meus braços, mas os atravesso nadando, cabeça, braços e pernas por inteiro, e vejo que por detrás das órbitas desses olhos se estende um mundo inexplorado [...], e desse mundo toda lógica está ausente” (MILLER, 1946, apud DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 40). Rasgar os padres, os médicos, os psiquiatras do desejo é arrancar-lhe os quereres, é mergulhar por entre o rosto, nadando por cada forma, é ampliar o olhar do ventre protuberante, da imagem 1, é produzir uma rostidade à imagem 2. “Se o desejo não tem o prazer por norma, não é em nome de uma falta que seria impossível remediar, mas ao contrário, em razão de sua positividade, quer dizer, do plano de consistência que ele traça no decorrer do seu processo” (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 21).

Desejo: falta... Afrodite... Medusa... Eva... Maria Madalena... Virgem mãe de Deus... Gozo... Masturbação... Pecado... Neuróticas... Putas... Lésbicas. Esses significantes produzidos por entre práticas discursivas do dispositivo biopolítico desejo, nos lembram que a processualidade do corpo/território mulher foi historicamente árido, exposto à ventos nos picos mais altos e congelantes, exposto às planícies desertificadas onde só nascem os cactos. São no entremeio dessas linhas que o corpo/mulher vai cartografando seus territórios, mas, assim como não se pode cessar o movimento das ondas, não se cessa também a luta, haja vista que, como diz Fernando Pessoa em seu poema “Navegar é preciso”.

Navegadores antigos tinham uma frase gloriosa:
"Navegar é preciso; viver não é preciso."

Quero para mim o espírito desta frase, transformada
A forma para a casar com o que eu sou: *Viver não
É necessário; o que é necessário é criar.*

Não conto gozar a minha vida; nem em gozá-la penso.
Só quero torná-la grande, ainda que para isso
Tenha de ser o meu corpo e a minha alma a lenha desse fogo.

Só quero torná-la de toda a humanidade; ainda que para isso
Tenha de a perder como minha.

Cada vez mais assim penso. Cada vez mais ponho
Na essência anímica do meu sangue o propósito
Impessoal de engrandecer a pátria e contribuir
Para a evolução da humanidade.

REFERÊNCIAS

- COSTA. T. *et al.* Naturalização e medicalização do corpo feminino: o controle social por meio da reprodução. **Interface- Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 10, n. 20, p. 363-80, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/5tyvxs6fKTZS7dfbQ3w3qDk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 abr. 2021.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 1995. v. 2.
- DELEUZE, G. **Crítica e clínica**. São Paulo: Editora 34, 1997.
- DELEUZE, G. **Espinosa: filosofia prática**. São Paulo: Escuta, 2002.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é a filosofia?** São Paulo: Editora34, 2010.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. v. 3. São Paulo: Editora 34, 2012a.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. v. 4. São Paulo: Editora 34, 2012b.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. v. 5. São Paulo: Editora 34, 2012c.
- DELEUZE, G. PARNET. C. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998.
- ESPOSITO, R. **Las personas y las cosas**. Buenos Aires: Katz editores, 2016

FOUCAULT, M. A Política da Saúde no século XVIII. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

LAPOUJADE, D. **Deleuze, os movimentos aberrantes**. Tradução: Laymert Garcia dos Santos. São Paulo: N-1 edições, 2015.

LAPOUJADE, D. **William James, a construção da experiência**. São Paulo: N-1 edições, 2017.

LE BRETON, D. **Rostos: ensaios sobre antropologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

MEZZAROBBA, C.; ZOBOLI, F. Revisitando o conceito de biopolítica em Foucault para pensar o corpo na Educação Física. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, Sergipe, v. 11, n. 24, p. 279-296, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/6679>. Acesso em: 14 ago. 2021.

PESSOA, F. **Navegar é preciso**. Textosparareflexão, 2010. Disponível em: <https://textosparareflexao.blogspot.com/2010/05/navegar-e-preciso.html>. Acesso em: 30 nov. 2019.

RODRIGUES, A. M. P.; CORREIA, E. S.; ZOBOLI, F. Cuerpo, política y territorio: Cartografiando la mujer en la pintura de Fernando Vicente. In: GALAK, E.; ZOBOLI, F.; GOMES, I. M. (org.). **Cuerpos, políticas y estéticas: Artefactos culturales, arte y educación**. 1a ed. Buenos Aires: Biblos, 2021.

SÁNCHEZ, F. V. **Site coleção “Atlas”**. Fernandovicente, 2019. Disponível em: <https://www.fernandovicente.es/pinturas/atlas-anatomia-y-pintura/>. Acesso em: 16 nov. 2019.

SANTIAGO, S. M.; NAGAHAMA, E. E. I.; A institucionalização médica do parto no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 651-657, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/twSzNppPXN3VkJyDRsfDg/?lang=pt>. Acesso em: 12 mar. 2021.

SWAIN, T. N. Para além do sexo, por uma estética da liberação. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M.; VEIGA-NETO, A.; SOUZA FILHO, A. (org.). **Cartografias de Foucault**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. p. 393-406.

WIEDEMAN, S. Ondas: um experimento em pensamento-cinema ou das variações de uma máquina-marinha... In: INCARBONE, F.; WIEDEMANN, S. **La radicalidad de la imagen: Des-bordando latitudes latinoamericanas**. Buenos Aires: Hambre - Espacio cine experimental, 2016.

Como referenciar este artigo

RODRIGUES, A. M. P; CORREIA, E. S.; ZOBOLI, F. Corpo, política e território: Cartografando a mulher na pintura de Fernando Vicente. **Rev. Sem Aspas**, Araraquara, v. 11, n. 00, e022002, jan./dez. 2022. e-ISSN: 2358-4238. DOI: <https://doi.org/10.29373/sas.v11i00.15375>

Submetido em: 14/08/2021

Revisões requeridas em: 30/09/2021

Aprovado em: 18/11/2021

Publicado em: 30/06/2022